

## **Inoperatividade: estética, ética e política**

*Gustavo Pizzicola\**

### **Introdução**

O conceito de inoperância tornou-se central na produção teórica de Giorgio Agamben. Isso porque, ao mesmo tempo em que consegue formular uma crítica aos diversos dispositivos modernos, também funciona como importante articulador de diversas áreas que, anteriormente, apareciam enganosamente separadas. É por meio desse conceito que o autor italiano pode afirmar, por exemplo, que toda obra literária é necessariamente política (AGAMBEN 2007c, p. 49).

Dito isso, a intenção central desse estudo é discutir o conceito de inoperatividade na literatura, e sua relação com a estética, a ética e a política, da maneira como tratadas por Agamben (2007c). A importância do estudo aprofundado do conceito em questão está na possibilidade de aclarar não só questões relativas à literatura, mas à própria crítica, literária ou não. Mais ainda, o aprofundamento de um pensamento de limiares, que não se prende a divisões estéreis, ensina outro posicionamento diante do fenômeno literário: não mais encarar a literatura em seu isolamento e imanência pura, mas em sua estrita relação com outras áreas e práticas humanas.

O método de um trabalho que pretende discutir conceitos e ideias de Agamben deve ser bem pensado. O primeiro problema que se abre à reflexão é a impossibilidade de lidar com conceitos bem delimitados e bem definidos. Pois, ao defini-los ou delimitá-

---

\* Mestrando em Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP – São Paulo, Brasil. Participante do Grupo de Estudo – Tendências Contemporâneas nos Estudos da Crítica. pizzicola@gmail.com

los, corre-se o risco de trair o próprio pensamento do autor (pensamento-limiar que circula sem se deter em um lugar fixo). É Benjamin quem oferece a base desse método de pensamento: “Método é caminho não direto. [...] O pensamento volta continuamente ao princípio, regressa com minúcia à própria coisa. Este infatigável movimento de respiração é o modo de ser específico da contemplação” (BENJAMIN, 2011a, p. 16).

E, em complemento, um excerto que parece comentar a passagem acima:

Não se trata, então, de pensar de maneira vaga ou irracional, mas de ousar pensar, como no início da filosofia nos *Diálogos* de Platão, de ousar pensar devagar, por desvio, sem pressupor a necessidade de um resultado ao qual levaria uma linha reta. (GAGNEBIN, 2011, p.16-17)

As citações escolhidas constroem uma imagem daquilo que chamamos de pensamento-limiar. Um pensamento que, em um movimento de aproximação e afastamento contínuo do objeto sobre o qual se lança, consegue apreendê-lo sem, no entanto, fechá-lo dentro de um raciocínio apressado e estanque.

Agamben dá um passo além, optando por garantir a inapreensão desse objeto.

À apropriação sem consciência e à consciência sem gozo, a crítica contrapõe o gozo daquilo que não pode ser possuído e a posse daquilo que não pode ser gozado. [...]  
O discurso que, nessa perspectiva, sabe que “manter firmemente o que está morto é o que exige a maior força” e não queira arrogar-se “o poder mágico que transforma o negativo em ser”, deve necessariamente garantir a inapreensibilidade do objeto (AGAMBEN, 2007a, p. 13-14).

E aqui se adentra o núcleo do segundo problema referente ao método de um trabalho que pretenda discutir o pensamento de Agamben. Se o primeiro problema a ser considerado é a já dita dificuldade em definir e discutir conceitos de um pensamento móvel, propositadamente alocado no limiar de todo pensamento instituído, o segundo problema refere-se à dificuldade de um trabalho que, ao se propor crítico em relação ao pensamento de Agamben, sente a necessidade de se colocar diante de seu objeto de acordo com a metodologia empregada pelo autor analisado. Assim, o objetivo central seria não a explanação dos conceitos e ideias que nos propomos expor, mas a garantia de sua inacessibilidade.

Cientes, no entanto, da dificuldade exigida por tal projeto, contentamo-nos em relacionar e observar alguns pontos centrais dos trabalhos do pensador italiano nos quais o tema da inoperância adquire papel central. O olhar será o do contemplador que erra (*errar* no sentido próximo de vaguear, de desviar).

Delimitado o método de pensamento, podemos expor a divisão do trabalho. A primeira parte trará uma discussão que pretende articular o conceito de inoperatividade e profanação. Delineando esse aspecto do pensamento de Agamben e sua evolução, o quadro resultante desse processo formará a base para adentrar na discussão principal. A segunda parte, portanto, tratará da inoperatividade agora em sua relação com a literatura por um lado, e com a estética, a ética e a política por outro.

## 2 Profanação e inoperatividade

Sabrina Sedlmayer, em seu artigo “Giorgio Agamben: literatura e inoperosidade”, deixa por discutir uma questão que, de certa forma, aparece em negativo: o que motivou a substituição do conceito de profanação pelo de inoperatividade na obra de Agamben? Diz ela: “Percebo, entretanto, que, de 2005 a 2007, Agamben passou a utilizar mais o termo 'inoperosidade' e entrelaçá-lo à questão da potência aristotélica do que propriamente o conceito de ‘profanação’” (2013, p. 30).

É por esse pequeno caminho que podemos prosseguir para aprofundar a questão.

Agamben (2007b, p. 65), pelas palavras de outro pensador, define o termo profanação: “‘Profano’ – podia escrever o grande jurista Trebácio – ‘em sentido próprio denomina-se àquilo que, de sagrado ou religioso que era, é devolvido ao uso e à propriedade dos homens’”.

Profanar seria a operação por meio da qual um objeto, separado da esfera humana, pudesse ter seu uso então restituído aos homens. Para plena compreensão dessa operação profanadora, é necessário também esclarecer a operação simétrica e inversa pela qual os objetos são apartados do uso comum: a sacralização. O processo de sacralização eleva um objeto ao *status* de sagrado, tornando-o de certa forma inutilizável.

À primeira vista, esse modelo poderia parecer meramente explicativo, sem qualquer viés crítico: apenas uma descrição dos mecanismos que regem nossa sociedade. Mas, colocado sobre o contexto mais geral ao qual se aplica o pensamento de Agamben, podemos perceber a implicação política de tal modelo.

Agamben é herdeiro dos estudos de Walter Benjamin, e compreender as implicações políticas de seu pensamento significa religá-lo a algumas concepções benjaminianas. Boa parte do trabalho de Agamben é um prolongamento e uma expansão de temas tratados por Benjamin. Acerca dos conceitos de profanação e inoperância estudados aqui, localizamos duas fontes benjaminianas que podem aclarar as concepções de fundo que dão base para o pensamento do autor italiano.

Assim: “Há uma religião a divisar no capitalismo, isto é, o capitalismo serve essencialmente à satisfação das mesmas preocupações, tormentos e inquietudes aos quais outrora davam resposta as chamadas religiões” (BENJAMIN, 2011b, s.p.). E ainda: “Ele [o materialismo histórico] pode enfrentar qualquer desafio, desde que tome a seu serviço a teologia” (BENJAMIN, 1985, p. 222)

De tantos fragmentos que poderiam ser levantados, esses dois parecem fornecer uma visão inicial do contexto em que se desenrolam as indagações de Agamben. O sistema capitalista, inferimos do primeiro fragmento, assemelha-se ou mesmo é propriamente uma religião. Dito isso, o segundo fragmento torna-se mais claro: somente com o auxílio da teologia pode-se realmente fazer a crítica de um sistema que possui todas as características de uma religião. A religião e o capitalismo são campos análogos nos quais a divisão sagrado/profano, deuses/homens se mantêm por meio de processos de sacralização:

O termo *religio*, segundo uma etimologia ao mesmo tempo insípida e inexata, não deriva de *religare* (o que liga o humano e o divino), mas de *relegere*, que indica a atitude de escrúpulo e de atenção que deve caracterizar as relações com os deuses, a inquieta hesitação (o “reler”) perante as formas – e as fórmulas – que se devem observar a fim de respeitar a separação entre o sagrado e o profano. *Religio* não é o que une homens e deuses, mas aquilo que cuida para que se mantenham distintos (AGAMBEN, 2007b, p. 66).

Todo dispositivo e todo mecanismo de qualquer sociedade capitalista tende para a manutenção dessa divisão e do aprisionamento de qualquer objeto, impedindo seu uso e reuso por parte dos homens. Nesse sentido, a mercadoria é exemplar. Ela é o objeto sacralizado por excelência em uma sociedade capitalista. Alvo permanente de um desejo que não cessa, porque a mercadoria, sacralizada, sempre escapa à posse e ao gozo total. Mais ainda, ela é desejada não pelo uso que se pode fazer dela, mas pelo seu valor abstrato de troca, impossível de ser fruído totalmente.

Feito esse desvio, podemos agora retornar à questão da inoperância e tentar responder à pergunta colocada no início dessa parte do trabalho. Para Agamben: “Inoperatividade não significa, de fato, simplesmente inércia, não-fazer. Trata-se, antes, de uma operação que consiste em tornar inoperativas, em desactivar ou des-oeuvrer todas as obras humanas e divinas” (2007c, p. 47). Ou, em outras palavras, a inoperatividade é o procedimento por meio do qual o homem pode restituir um objeto à sua própria potência, contemplando seu puro poder.

A inoperatividade parece a princípio um prolongamento do ato profanatório, mas um detalhe diferencia os dois: a profanação restitui um objeto ao uso dos homens, ou seja, coloca o objeto em circulação novamente dentro da sociedade, enquanto a inoperatividade lança o homem à contemplação de uma potência presente em um objeto ou prática humana. Podemos especular um motivo para essa modificação do pensamento de Agamben. Há certo perigo de recolocar um objeto profanado em circulação. Todo reuso corre o risco de automaticamente ser recapturado por algum dispositivo do sistema. Nesse sentido, a inoperância dá um passo além e, justamente para evitar essa recaptura pelo sistema, permanece apenas na potência de um uso, na possibilidade de um usar.

Por fim, examinado os conceitos de profanação e inoperatividade à luz das concepções críticas acerca do capitalismo e da sociedade herdadas de Benjamin, pode-se afirmar uma íntima relação entre política e inoperância. Para Agamben, toda inoperatividade, ao desarmar os dispositivos sacralizadores dentro da sociedade, só pode ter uma implicação política.

### **3 Literatura inoperante: estética, ética e política**

Esboçamos acima uma primeira articulação entre política e o conceito de inoperatividade. Tentaremos agora observar o fenômeno literário via conceito de inoperância e, em seguida, articular essa ideia de literatura com outros campos do pensamento humano.

A literatura parece ser, para Agamben, espaço privilegiado de inoperância. É por meio dela que a linguagem pode se libertar de sua função puramente comunicacional e informacional para reencontrar-se com sua pura potência de dizer:

O que é, aliás, um poema, senão aquela operação linguística que consiste em tornar a língua inoperativa, em desactivar as suas funções comunicativas e informativas, para a abrir a um novo possível uso? Ou seja, a poesia é, nos termos de Espinosa, uma contemplação da língua que a traz de volta para o seu poder de dizer (AGAMBEN, 2007c, p. 48).

Falar em literatura inoperante seria quase uma redundância, uma vez que a obra poética, por exemplo, se caracterizaria por essa capacidade de desarticular o dispositivo da língua, fazendo com que essa mesma língua reencontre sua potência e, ao mesmo tempo, abrindo-a para a contemplação do homem.

A literatura, no entanto, não está livre de ser sacralizada ou tornar-se um dispositivo. Agamben, ao aclarar o que entende por dispositivo, coloca a literatura entre tipos de dispositivos, em aparente contradição com o excerto acima:

Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura [...] (AGAMBEN, 2009, p. 40-41).

A incongruência pode ser resolvida se atentarmos para a complexidade da relação entre literatura e leitura, sendo a leitura que é feita de uma obra também uma possibilidade de desativação, de inoperatividade. Somente na relação entre leitura e literatura que o processo de inoperância pode realmente ocorrer. A literatura é e não é dispositivo, ao mesmo tempo em que o gesto de leitura pode ser ou não profanador. Assim:

[...] o gesto profanatório, característico de Agamben, é sua leitura [...]. A literatura estaria coincidente com o uso que se faz dela, logo, ao mudar seu endereço, a destinação seria uma profanação. [...] Nesse sentido, a leitura seria a profanação, o gesto político. Não a instituição “literatura” (SEDLMAYER, 2013, p. 30-31).

Chegamos, pois, ao cerne de nossa problemática inicial. É nesse ponto que estamos aptos a utilizar a inoperatividade como conceito articulador das três já referidas áreas: estética, ética e política. A literatura e o gesto de leitura podem ter implicações

políticas justamente porque, ao tornarem inoperantes dispositivos como a linguagem, permitem que os homens contemplem sua própria potência: poder de dizer da língua e também poder de agir do homem: “A arte é em si própria constitutivamente política, por ser uma operação que torna inoperativo e que contempla os sentidos e os gestos habituais dos homens e que, desta forma, os abre a um novo possível uso” (AGAMBEN, 2007c, p. 49).

A estética, portanto, deve encaminhar o homem à potência do sentir, como a política e a ética, à potência de agir. Ética, estética e política, literatura e o gesto de leitura, todos encontram seu ponto de cruzamento nessa capacidade de tornar inoperantes operações capturadas e, por isso, apartadas do homem. Todas também apresentam ao homem seu poder de ser homem.

## Conclusão

Terminado o percurso entre as passagens de um pensamento móvel como o de Agamben, poderíamos extrair algumas conclusões, embora sínteses levem enganosamente à crença de que avançamos e atingimos resultados específicos. É melhor e mais condizente com a obra do autor italiano que a conclusão deixe em negativo aquilo que o trabalho inteiro esforçou-se por não mostrar inteiramente.

Parece-nos que somente assim, com uma leitura sempre vista como gesto de inoperosidade, que se fará justiça ao estudo de conceitos que, de certa forma, se mostram difíceis de capturar. Os conceitos devem lentamente ser reencaminhados para a sua potência: seu poder de (não) dizer.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Estâncias. A palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Trad. de Selvino José Assmann. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2007a.

\_\_\_\_\_. Elogio da profanação. In: *Profanações*. Trad. de Selvino José Assman. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007b.

\_\_\_\_\_. Arte, inoperatividade, política. In: *Política. Crítica do contemporâneo. Conferências internacionais Serralves*. Trad. de Simoneta Neto. 1 ed. Porto: Fundação Serralves, 2007c.

\_\_\_\_\_. O que é um dispositivo? In: *O que é o contemporâneo?* e outros ensaios. Trad. de Vinícius Nicastro Honesko. 1 ed. Chapecó: Unochapecó, 2009.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: *Obras escolhidas Volume 1*. Trad. de Sergio Paulo Rouanet. 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. *Origem do drama trágico alemão*. Trad. de João Barrento. 1 ed. São Paulo: Autêntica, 2011a.

\_\_\_\_\_. Capitalismo e religião. Trad. de Jander de Melo Marques Araújo. Revista Garrafa, Rio de Janeiro, n. 23, 1º sem. 2011b. Disponível em: [[http://www.ciencialit.letras.ufrj.br/garrafa/garrafa23/janderdemelo\\_capitalismocomo.pdf](http://www.ciencialit.letras.ufrj.br/garrafa/garrafa23/janderdemelo_capitalismocomo.pdf)] Acesso em: 10 dez. 2013

GAGNEBIN, J.M. Entre a vida e a morte. In: OTTE, G; SEDLMAYER, S; CORNELSEN, E. (Org.). *Limiares e passagens em Walter Benjamin*. 1 ed. Belo Horizonte: UFMG; Humanitas, 2011, p. 12-26.

SEDLMAYER, S. Giorgio Agamben: literatura e inoperosidade. In: OLIVEIRA, M. R. D.; PALO, M. J. (Org.). *Agamben, Glissant, Zumthor*. Voz. Pensamento. Linguagem. 1 ed. São Paulo: Educ, 2013, p. 17-32.

*Data de submissão: 11/04/2014*

*Data de aprovação: 12/05/2014*